

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.315.139 - RS (2018/0153360-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : PEDRO CHAVES BARCELLOS FILHO  
**AGRAVANTE** : ANTÔNIO ELÓI FERRICHE PAZ  
**AGRAVANTE** : MARIA DO CARMO RIBEIRO TELLECHEA  
**AGRAVANTE** : ELIANE MARIA BATISTA AZAMBUJA  
**ADVOGADOS** : RAFAEL SCHEIBE - RS034604  
LISIANE BARRETO COGO - RS063487  
DÉBORA CRISTINA LANGE HILGERT - RS027283  
**AGRAVADO** : FLORINDO TORRES SIMÕES - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : FRANCISCO MIGUEL ALVES TORRES -  
INVENTARIANTE  
**AGRAVADO** : REGINA MARIA ALVES TORRES  
**ADVOGADO** : ROBERTO XAVIER MARTINS - RS0040197

**EMENTA**

*AGRAVO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). REVOLVIMENTO DO QUADRANTE FÁTICO-PROBATÓRIO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por PEDRO CHAVES BARCELLOS FILHO, ANTÔNIO ELÓI FERRICHE PAZ, MARIA DO CARMO RIBEIRO TELLECHEA E ELIANE MARIA AZAMBUJA PAZ contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fundado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÕES DE DESPEJO RURAL, REINTEGRAÇÃO DE POSSE, INTERDITO PROIBITÓRIO E CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. CESSÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO. DISTRATO POSTERIOR. EXTINÇÃO DOS CONTRATOS VINCULADOS.*

*I. Não se conhece do apelo no ponto em que ausente interesse na reforma do julgado, o que se verifica, no caso concreto, quanto ao pedido de reforma da sentença da ação de interdito proibitório.*

*II. No mérito, pretendiam os apelantes o reconhecimento da validade de instrumento de cessão de contrato de arrendamento firmado com a arrendatária originária das terras dos apelados.*

*Nessa esteira, interpretando-se o pacto firmado conjuntamente ao disposto no art. 31 do Decreto nº 59.566/66, tem-se que necessária prova da anuência do arrendante quanto à cessão integral do contrato, ônus do qual não se desincumbiram os recorrentes, em desatenção ao que determina o art. 373, II do NCPC, impondo-se a manutenção da sentença. Apelo conhecido em parte e, nesta, desprovido. Unânime." (e-STJ fl. 1.553).*

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ fl. 1.585).

Em sede de recurso especial, os recorrentes alegam malferimento dos artigos 85,§ 10, e 338 do Código de Processo Civil/2015.

Dizem, no tocante à ação de despejo n.º 023/1.05.0004020-3, que a Corte local invalidou a cessão e considerou que os ora recorrentes nunca foram arrendatários. Acrescentam, no ponto, que não deveriam ter sido partes no polo passivo da demanda, desse modo não deram causa à propositura da referida ação, o que afasta a condenação ao ônus sucumbencial.

Afirmam que, "na parte dispositiva da sentença que julgou a ação de despejo de número 023/1.09.0006638-2, há expressa referência à extinção do processo por perda superveniente do objeto e, pelo princípio da causalidade, evidentemente, os ora recorrentes tampouco podem ser condenados aos ônus da sucumbência" (e-STJ fl. 1.612).

Destarte, demonstram irresignação por terem sido condenados a arcarem com a condenação sucumbencial mesmo não tendo sido considerados arrendatários.

Contrarrazões ao recurso especial às e-STJ fls. 1.621/1.626.

Nas razões do agravo, a parte agravante infirmou especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu o apelo nobre (e-STJ fls. 1.634/1.667).

É o relatório. Passo a decidir.

A pretensão recursal não merece guarida.

Com efeito, no que toca à aplicação do ônus sucumbencial com relação às Ações de despejo n. 023/1.05.0004020-3 e 023/1.09.0006638-2, a Corte local assim decidiu:

*"No caso em tela, como já referido, além de a cessão ter ocorrido de forma inválida, não houve demonstração da anuência do arrendante quanto ao instrumento de cessão, a qual não se presume.*

*Ademais, a própria cessão de contrato previu, em sua cláusula décima primeira (fl. 41), que o cessionário deveria obter a anuência dos arrendadores.*

*Assim, igualmente não há falar, portanto, em julgamento de procedência apenas em relação à ré Diferencial Agrícola Ltda, mormente porque a situação fática demonstra a cessão e a ocupação irregulares da área, devendo o provimento ser voltado a todos os réus.*

*Ação de despejo n.º 023/1.09.0006638-2*

*Na esteira do já decidido na demanda de despejo anterior, não há falar em validade da cessão de direitos operada entre os demandados, sendo flagrante a possibilidade de despejo destes da área que ocupam indevidamente.*

*Dessarte, pelo princípio da causalidade, ainda que tenha havido a desocupação do imóvel no curso da demanda, impõe-se a condenação dos réus ao pagamento das custas processuais e honorários de sucumbência, não havendo falar em reforma da sentença.*" (e-STJ fls. 1.573/1.573, grifei).

No caso, justamente porque a cessão de direitos foi considerada inválida, possibilitando o despejo dos recorrentes, o Colegiado entendeu que foram esses que deram causa à propositura das demandas.

Destarte, elidir a conclusão supra demandaria o revolvimento do quadrante fático-probatório da causa, providência vedada nesta sede especial, a teor do enunciado n.º 07/STJ.

Por fim, deixo de majorar os honorários advocatícios na forma prevista no art. 85, § 11, do CPC/2015, porquanto a referida verba foi fixada, na origem, em seu máximo patamar legal no que toca às ações de despejo ora em debate (cf. e-STJ fl. 1.574).

**Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do**

**Regimento Interno do STJ, conhecimento do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**